

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : GM

CLASS. : 91

DATA : 07 11 91

PG. : 06

TRATADO AMAZÔNICO

Brasil vai propor defesa regional da floresta

por Claudio Kuck  
de Brasília

O chanceler interino Marcos Azambuja estará hoje em Santa Cruz de la Sierra, onde o presidente boliviano, Paz Zamora, abre oficialmente a IV Reunião dos Ministros de Relações Exteriores do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA). Ele defenderá a tese de que Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela devem buscar um tratamento regional para a Amazônia, "o que é o maior antídoto contra qualquer manobra futura de tentativa de internacionalização da região".

Azambuja vai convidar também os presidentes dos oito países do pacto para participarem em fevereiro de 1992, em Manaus, do 2º Encontro de Cúpula Amazônica, que será uma espécie de "ensaio geral" para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92). Agora, na Bolívia, o Brasil irá ressaltar a importância de a região apresentar posições afinadas na Eco-92, sempre dentro do princípio

de que a defesa da ecologia não pode ser separada de um projeto de desenvolvimento.

O chanceler interino dirá também que o TCA é o fórum ideal e mais autêntico para se discutir a Amazônia, "porque não invade nenhuma soberania individual, mas a reforça. E, depois, ninguém entende mais da floresta do que os países da região". O objetivo é repassar essa autoridade ao mundo, durante a Eco-92, uma vez que os oito países do tratado têm legitimidade territorial e histórica, sendo responsáveis através dos séculos pela conservação de 785 milhões de hectares de florestas, "ao contrário de outras áreas que tiveram seu meio ambiente destruído".

Em Santa Cruz de la Sierra serão abordados também problemas de comunicação e transporte da Amazônia, a proteção e o aproveitamento dos recursos hídricos, a conservação das florestas e o desenvolvimento sustentado com base na fauna, flora, frutos, madeiras, resinas e minérios. Da agenda constam ainda questões ligadas a ciência, tecnologia, saúde, turismo ecológico e índios. O TCA não é econômico ou comercial, mas um acordo que apenas traça princípios e diretrizes e serem seguidos.

O Brasil vai explicar que a questão da demarcação das terras dos Yanomami está evoluindo, faltando apenas uma reflexão final sobre a extensão da área e sua localização em relação à fronteira.

O TCA entrou em vigor a partir de agosto de 1980, procurando dar à região o mesmo destaque ao desenvolvimento e à preservação ecológica, mantendo equilíbrio entre ambos. Ele cobre 7 milhões de quilômetros quadrados, ou seja, 35% da área da América do Sul, cabendo ao Brasil 60% da área total da Amazônia. Dos seus 16.393 quilômetros de fronteiras, 12.977 são com os sete vizinhos amazônicos.

Assim, Azambuja aproveitará o fórum do tratado agora na Bolívia para renovar as críticas ao Grupo dos Sete pelo atraso e poucos recursos destinados ao programa piloto em defesa da região, apresentado pelo Brasil.

Devem prosseguir em Santa Cruz de la Sierra os contatos visando uma maior aproximação entre as universidades e os parlamentos amazônicos, uma iniciativa apoiada também pelo Brasil.